

<http://amazoniareal.com.br/desinformacao-no-eia-de-belo-monte-1-resumo-da-serie/>



Colunas

Desinformação no EIA de Belo Monte: 1 – Resumo da série

Philip Martin Fearnside

22/05/2017 21:47

“Desinformação” (informações falsas, deliberadamente incompletas ou deturpadas) é uma hipótese que assombra as discussões do desenvolvimento da Amazônia, particularmente, os maciços planos do governo brasileiro para a construção de hidrelétricas como a Belo Monte.

Planos para a construção de usina hidrelétrica na Amazônia brasileira indicam dezenas de grandes barragens e mais de uma centena de outras menores. A tomada de decisão no Brasil é crítica a estes empreendimentos, não só por causa do grande número de barragens na Amazônia brasileira, mas também porque o Brasil financia e constroi muitas barragens em países vizinhos (e.g., [1]).

Os impactos das barragens incluem efeitos sobre povos indígenas, tais como a perda de peixes e outros recursos dos rios naturais. Os impactos do reassentamento de pessoas urbanas e rurais representam uma concentração do custo humano desta forma de desenvolvimento (e.g., [2]). Isto também é o caso dos impactos sobre os moradores a jusante, que perdem a subsistência baseada na pesca e na agricultura de várzea.

Impactos dos reservatórios na saúde incluem a proliferação de insetos e a metilação do mercúrio (transformando este metal em sua forma venenosa) (e.g., [3]). Perda de floresta ocorre não só de inundação direta, mas também do desmatamento por moradores deslocados, pela construção de estradas, por imigrantes e investimentos atraídos para a área, e pelo agronegócio viabilizado pelas hidrovias associadas a muitas das barragens (e.g., [4-7]).

As emissões de gases de efeito estufa pelas barragens incluem o dióxido de carbono oriundo da decomposição das árvores mortas pela inundação e a emissão de óxido nitroso e especialmente de metano da água nos reservatórios e da água que passa através das turbinas e vertedouros.

O crédito de carbono para barragens sob o mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto agora representa uma importante fonte adicional de impacto sobre o aquecimento global, porque praticamente todas as represas que foram concedidos créditos seriam construídas de qualquer maneira mesmo sem esta subvenção, significando que os países que compram o crédito podem emitir gases sem existir um genuíno deslocamento para neutralizar o impacto das emissões [8-10].

Os gases de efeito estufa das emissões das barragens são uma área onde a hipótese de desinformação surge como explicação para o discurso oficial. Hidrelétricas continuam a ser retratadas como uma energia “limpa” com emissões zero ou insignificantes muito tempo depois que isto é conhecido por ser falso.

Embora as emissões indicadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte seriam insignificantes, esta barragem, juntamente com pelo menos uma outra que seria necessária a montante para fornecer água para as turbinas de Belo Monte na época da seca, teria um impacto negativo sobre o aquecimento global durante pelo menos 41 anos, com a magnitude do impacto sendo superior à emissão da Grande São Paulo durante os primeiros dez anos [11, 12]. Este impacto negativo é baseado na comparação com a mesma geração de energia com combustíveis fósseis.

Claro, o impacto relativo das barragens seria pior se comparado com medidas para aumentar a eficiência do uso da eletricidade ou de gerar com fontes como eólica e solar. A opção de simplesmente não gerar eletricidade, parte do que seria exportada para outros países na forma de lingotes de alumínio, daria o melhor resultado [15].

O que domina a vista do público é a ideia de que hidrelétricas produzem “energia limpa”, que é constantemente repetida pelo governo brasileiro e pelas indústrias hidrelétricas e de alumínio.[15]

NOTAS

- [1] Fearnside P.M. (2014) *Análisis de los principales proyectos hidro-energéticos en la región amazónica*. Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR), Centro Latinoamericano de Ecología Social (CLAES) and Panel Internacional de Ambiente y Energía en la Amazonia, Lima, Peru, 55 pp. http://www.dar.org.pe/archivos/publicacion/147_Proyecto_hidro-energeticos.pdf
- [2] Fearnside P.M. (1999) "Social impacts of Brazil's Tucuruí Dam" *Environmental Management*, 24(4) 483-495. doi: 10.1007/s002679900248
- [3] Leino T. & Lodenius M. (1995) "Human hair mercury levels in Tucuruí area, state of Pará, Brazil" *The Science of the Total Environment*, 175 119-125.
- [4] Alencar A. (2016) "Cenários de perda da cobertura florestal na área de influência do complexo hidroelétrico do Tapajós" Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Belém, Pará, Brasil. 13 pp. <http://ipam.org.br/bibliotecas/cenarios-de-perda-da-cobertura-florestal-na-area-de-influencia-do-complexo-hidroeletrico-do-tapajos/>
- [5] Alencar A., Piontekowski V.J., Charity S. & Maretti C.C. (2015) "Deforestation scenarios in the area of influence of the Tapajós hydropower complex" Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Belém, Pará. 3 pp. http://ipam.org.br/wp-content/uploads/2015/12/TapajosIPAM_2015.pdf
- [6] Barreto P., Brandão Jr. A., Martins H., Silva D., Souza Jr. C., Sales M. & Feitosa T.. (2011) *Risco de Desmatamento Associado à Hidrelétrica de Belo Monte*. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Belém, Pará. 98 pp. http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/risco-de-desmatamento-associado-a-hidreletrica-de-belo-monte/at_download/file
- [7] Fearnside P.M. (2001) "Environmental impacts of Brazil's Tucuruí Dam: Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia" *Environmental Management*, 27(3) 377-396. doi: 10.1007/s002670010156
- [8] Fearnside P.M. (2013) "Carbon credit for hydroelectric dams as a source of greenhouse-gas emissions: The example of Brazil's Teles Pires Dam" *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, 18(5) 691-699. doi: 10.1007/s11027-012-9382-6
- [9] Fearnside P.M. (2013) "Credit for climate mitigation by Amazonian dams: Loopholes and impacts illustrated by Brazil's Jirau hydroelectric project" *Carbon Management*, 4(6) 681-696. doi: 10.4155/CMT.13.57
- [10] Fearnside P.M. (2015) "Tropical hydropower in the Clean Development Mechanism: Brazil's Santo Antônio Dam as an example of the need for change" *Climatic Change*, 131(4) 575-589. doi: 10.1007/s10584-015-1393-3
- [11] Fearnside P.M. (2015) "Emissions from tropical hydropower and the IPCC" *Environmental Science & Policy*, 50 225-239. doi: 10.1016/j.envsci.2015.03.002
- [12] Fearnside P.M. (2016) "Environmental and social impacts of hydroelectric dams in Brazilian Amazonia: Implications for the aluminum industry" *World Development*, 77 48-65. doi: 10.1016/j.worlddev.2015.08.015

[13] Fearnside P.M. (2017) “Planned disinformation: The example of the Belo Monte Dam as a source of greenhouse gases”. In: Liz-R. Issberner & P. Lena (eds.) *Brazil in the Anthropocene: Conflicts between Predatory Development and Environmental Policies*. Routledge, Taylor & Francis Group, New York, E.U.A., pp. 125-142.

[14] Fearnside P.M. (2012) “Desafios para mediatização da ciência na Amazônia: O exemplo da hidrelétrica de Belo Monte como fonte de gases de efeito estufa” In: Fausto Neto A. (ed.) *A Mediatização da ciência: Cenários, desafios, possibilidades*, Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), Campina Grande, Paraíba. pp. 107-123.

[15] Este texto é traduzido e atualizada de [13], que foi adaptado de [14]. As pesquisas do autor são financiadas pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq: proc. 304020/2010-9; 573810/2008-7), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM: proc. 708565) e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA: PRJ15.125).

Leia a última série: [Hidrelétricas e o IPCC](#).

Philip M. Fearnside é doutor pelo Departamento de Ecologia e Biologia Evolucionária da Universidade de Michigan (EUA) e pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus (AM), onde vive desde 1978. É membro da Academia Brasileira de Ciências e também coordena o INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia) dos Serviços Ambientais da Amazônia. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), em 2007. Tem mais de 500 publicações científicas e mais de 200 textos de divulgação de sua autoria que estão disponíveis neste [link](#).